

título -> Relatório-reúntese do
XVI Encontro de Educação de
Jovens e Adultos de DF

fóruns eja Brasil

www.forumeja.org.br/df

forumejadf@gmail.com

GTPA/DF FÓRUM EJA/DF

Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal

Relatório-síntese do XVI Encontro de Educação de Jovens e Adultos do DF, em 01 de setembro de 2007, no auditório do SINDSEP, Setor Bancário Sul, Edifício Seguradoras 16º and. (Documento subsidiador à participação de 22 (vinte e dois) delegados representantes do GTPA-FÓRUM EJA/DF no IX Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, Curitiba - Pinhão/ Faxinal do Céu – PR 18 a 22/09/2007).

APRESENTAÇÃO

Dando continuidade ao esforço de análise com vistas à elaboração de um Plano de Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal, este documento atualiza o Relatório-síntese do XIV Encontro de Educação de Jovens e Adultos do DF, em 7 e 8/abril/06, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria- CNTI, W3 Norte 505 e do XV Encontro de Educação de Jovens e Adultos do DF, em 15/07/06, no auditório do Sindicato dos Servidores Públicos Federais- SINDSEP –Setor Bancário Sul - Ed.Seguradoras,16º andar, para subsidiar a participação de 22 delegados representantes do GTPA-FÓRUM EJA/DF no IX Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, de 18 a 22 setembro de 2007, em Curitiba -Pinhão/ Faxinal do Céu – PR.

Constam deste documento quatro partes:

Parte I – Introdução à problemática da EJA no DF

Parte II – Acervo Jurídico Normativo da Educação de Jovens e Adultos no DF

Parte III – Temas Nacionais

A. Discussão/Posicionamento sobre os quatro temas relativos ao IX ENEJA

B. Discussão/Posicionamento sobre os três temas de EJA do CNE/CEB

Parte IV – Atuação do GTPA - Fórum EJA/ DF

Parte V – Alguns destaques da EJA no DF

Parte I – INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA DA EJA NO DF

A situação geral da Educação brasileira e, em particular, da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores- EJA, ainda carece de legislação que dê os rumos jurídicos à organização e desenvolvimento político-pedagógicos necessários à constituição de um Sistema Nacional de Educação Pública, no caso, de Jovens e Adultos Trabalhadores, sobretudo, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 53 do FUNDEB, marca histórica de 2007.

Seja a Constituição Federal, sejam os Pareceres e Resoluções dos Conselhos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, todos dão sustentação e amparo à nossa **Educação Básica como direito público subjetivo**, porém, na EJA requerendo ajustes no parâmetro de Idade, diante do fenômeno de juvenização, na relação exames e certificação e na apropriação político-pedagógicamente criteriosa da educação mediada e não mediada pelas linguagens tecnológicas multimídia em comunidade de aprendizagem em rede. Do financiamento às orientações de procedimentos pedagógicos e de Gestão, nada escapa às boas intenções dos legisladores nacionais, agora, chamados a repensar novos desafios. No

entanto, a letra jurídica já conquistada, sobre vários aspectos, tem se tornado letra morta ou, no mínimo, pouco levada em consideração em sua aplicabilidade.

Aqui, no Distrito Federal, a distância entre o que é proposto pela legislação existente e o que vem sendo feito pode ser medida por uma enorme incompatibilidade, principalmente se a modalidade de ensino é a EJA. Do financiamento à execução de programas mínimos; da contratação aos necessários recursos financeiros, envidados todos os esforços, estes ainda são insuficientes e como tal a situação acaba mostrando uma precarização da educação pública local, sobretudo, na EJA.

Os dados que se seguem nos vários quadros apresentados mostram não só o esforço dispendido pelo poder político local, bem como, de vários movimentos sociais, entre os quais, têm destaque as organizações populares. Entretanto, em que pese todo esse esforço conjunto que sinaliza com os avanços, os quadros sinalizam também, com o enorme desafio que a sociedade política e civil do DF, no que tange a uma educação de jovens e adultos trabalhadores com qualidade, sobretudo, no que diz respeito às necessidades e desejos de cada educanda e educando jovem e adulto (a) trabalhador(a).

No quadro 1, em levantamento realizado pela Codeplan (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central) nota-se que de uma população de 2.096.534 pessoas, há 54.247 não alfabetizadas, o que corresponde a 2,6% da população. Além disso, há 634.026 pessoas com ensino fundamental incompleto (no Brasil são 65 milhões) ou 30,2% de analfabetos funcionais. Somando-se os dados, tem-se 688.273 pessoas a exigir ensino fundamental completo ou 32, 8% da população do DF.

QUADRO 01- CODEPLAN - POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO A ESCOLARIDADE – DF – 2004

ITEM	ESCOLARIDADE	POPULAÇÃO	PERCENTUAL
01	Analfabeto	54.247	2,6%
02	Saber ler e escrever	28.540	1,4%
03	Alfabetização de adultos	4.422	0,2%
04	1º grau incompleto	634.026	30,2%
05	Menor de 7 anos fora da escola	154.944	7,4%
06	Total/População	2.096.534	

No quadro 2, tem-se um demonstrativo da evolução educação de jovens e adultos no DF, compreendendo o período 2000-2007. Nos quadros com fontes diferentes de informação (GDF-SE); MEC/INEP; MEC/(FNDE) o número de professores pode ser situado na faixa de 2.763 a 2.369 e o de escolas entre 182 a 117, fenômeno que pede uma explicação, mesmo porque o quadro do GDF/SE mostra um número crescente de matrículas 2000: 89.044; 2001: 94.250; 2002: 90.893; 2003: 93.306 e depois quedas sucessivas; em 2004: 90.168; 2005: 83.279; 2006: 68.912; 2007: 68.447. A leitura dos números pode levar à hipótese de que atualmente há uma tendência decrescente de número de matrículas, número de professores e número de escolas na educação de jovens e adultos do Distrito Federal.

QUADRO 02- MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DF- MODALIDADE EJA (outros dados) SINPRO/DF

Área do DF: 5.822Km2 Diferença entre o ano de 2000 e 2004: 230.903 habitantes

POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	2000	2001	2002	2003	julho/2004
CENSO/ESTIMATIVA IBGE ATÉ 1º JULHO/2004	2.051.146	2.051.146	2.145.839	2.145.839	2.282.049

Consultando o DIEESE, em 2006, o Distrito Federal tem uma população de 2.298.531 habitantes, indicando uma tendência de crescimento demográfico.

MOVIMENTO DE INTERNOS DO CAJE: Custo interno Caje mês: Entre R\$800,00 e R\$1000,00

Dezembro/2000	Dezembro/2001	Dezembro/2002	Dezembro/2003	Dezembro/2004
321	330	300	444	465

****Custo aluno Educação Infantil ano/1999: R\$ 1.536	****Custo aluno Ensino Fundamental ano/1999: R\$ 1.268	****Custo aluno Ensino Médio ano/1999: R\$ 1.251
---	--	--

FONTE: MEC/FNDE	A N O				
	2000	2001	2002	2003	2004
INDICADORES/INSTITUIÇÕES					
Nº de matrículas	89.029	92.912	16.757*	14.899**	12.874***
Nº de professores	2.689	2.692	2.619	2.369	
Nº de escolas	179	173	110	102	

* Ensino Fundamental semi-presencial: 46.100 / Ensino Médio semi-presencial: 27.929 (Contraria

art. 32, § 4º, LDB. Parecer MPDFT, Ofício nº 566/2004 – PROEDUC).

** Ensino Fundamental semi-presencial: 44.731 / Ensino Médio semi-presencial: 32.989 (Contraria

art. 32, § 4º, LDB. Parecer MPDFT, Ofício nº 566/2004 – PROEDUC).

FONTE: GDF – Secretaria de Estado da Educação	A N O							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
INDICADORES/INSTITUIÇÕES								
Nº de matrículas	89.044	94.250	90.893	93.306	90.168	83.279	68.912	68.447
Nº de professores	2.689	2.763	2.638	2.386				
Nº de escolas	182	176	174	171	157		122	117

FONTE: INEP	A N O				
	2000	2001	2002	2003	2004
INDICADORES					
Nº de matrículas	89.029	92.912	16.757*	14.899**	12.874***
Nº de professores	2.689	2.692	2.619.	2.369	
Nº de escolas	179	173	170	165	

- Ensino Fundamental semi-presencial: 46.100 / Ensino Médio semi-presencial: 27.929

(Contraria art. 32, § 4º, LDB. Parecer MPDFT, Ofício nº 566/2004 – PROEDUC).

** Ensino Fundamental semi-presencial: 44.731 / Ensino Médio semi-presencial: 32.989

(Contraria art. 32, § 4º, LDB. Parecer MPDFT, Ofício nº 566/2004 – PROEDUC).

*** EJA – Supletivo presencial – Ensino Fundamental

FNDE – Fechamento: 07.07.2005 – Liberação de Recursos para PEJA – Programa apoio Sistema de Ensino para atendimento ao EJA: 40.231,23 (Em três parcelas).

**** FONTE: IPEA/DISOC.IBGE/MP & INEP/MEC (Estimativa Distrito Federal – dados de 1999)

Das 29 (vinte e nove) Regiões Administrativas do Distrito Federal, em 2007/1 semestre, do total de 117 (cento e dezessete) escolas que ofertam EJA. Observamos uma concentração maior de Escolas/Turmas/Alunos nas DRE/Ceilandia e DRE/Plano Piloto

No Quadro 3, tem-se da rede pública, o quantitativo de alunos de EJA em 2007/1º semestre, no 1º, 2º e 3º segmentos, que nos mostram os números de alunos e turmas; distribuídos nos seus respectivos semestres.

QUADRO 03—EJA-NÚMERO DE TURMAS/ ALUNOS POR SEGMENTO/ SEMESTRE
2007/1º semestre

Geral de Turmas e Alunos de EJA												
	1ºSegmento				2ºSegmento				3ºSegmento			
Semestre	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	Total
Nº de Turmas	85	69	74	81	151	147	152	149	267	228	192	1.595
Nº de Alunos	2069	1805	2078	2.465	8.627	7.810	8.373	7.759	12.757	8.270	6.434	68.447

Fonte: GDF/SE/SUBSEP/DEJA, 2007, 1º. semestre

Nos Quadros 04 e 05, o total de 117 escolas de EJA em 2007/1º semestre confirma a tendência decrescente de oferta pela diferença de 25,5% de escolas, tomando-se como referência a oferta de EJA em 157 escolas no ano de 2004 (QUADRO 02). Obteve-se, o quantitativo total de 1.595 turmas, carecendo o número de matrículas por turma para melhor análise. De modo geral, há uma diversidade na relação entre número de escolas e turmas oferecidas em segmento e turnos. Evidencia-se uma maior concentração da oferta de escolas, por ordem decrescente, no Plano Piloto, Ceilândia e Samambaia e de turmas no Recanto das Emas, Ceilândia e Plano Piloto. O 2º segmento tem a maior número de alunos (47,6%) e o 3º segmento a maior oferta de turmas (43%), sendo bastante evidente a predominância da oferta de turmas no turno noturno.

QUADRO 04 – OFERTA DE TURMAS DE EJA PELO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO POR SEGMENTO EM CADA REGIÃO ADMINISTRATIVA - 2007/1º semestre

Escolas de EJA								
DRE	1º Seg.	1º e 2º Seg.	1º, 2º e 3º Seg.	2º Seg.	2º e 3º Seg.	3º Seg.	1º e 3º Seg.	TOTAL
Brazlândia	01			01		01		03
Ceilândia	01	06	03	01		04		15
Gama	03	01		02		02		08
Guará	02			02		02		06
N. Bandeirante	03	02	01		02	01		09
Paranoá		01	01	02				04
Planaltina	05	03				01		09
Plano Piloto	09	02	02	04	01	01		19
Rec. das Emas	02	02		01		02		07
Samambaia	02	02	01	02	01	02		10
Santa Maria		02		01		02		05
São Sebastião	02				02			04
Sobradinho	03			04		03		10
Taguatinga	02	02		02		02		08
TOTAL	35	23	08	22	06	23	-----	117

Fonte: GDF/SE/SUBSEP/DEJA, 2007, 1º. semestre

QUADRO 05 – RESUMO TOTALIZADORES ESCOLAS/TURMAS/ALUNOS DA EJA PELO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO EM CADA REGIÃO ADMINISTRATIVA

TOTAL			
DRE	Nº de Escolas	Nº de Turmas	Nº de Alunos
Brazlândia	03	26	4.674
Ceilândia	15	266	11.376
Gama	08	79	4.602
Guará	06	61	3.446
Núcleo Bandeirante	09	84	4.196
Paranoá	04	60	2.220
Planaltina	09	80	3.800
Plano Piloto	19	217	9.099
Recanto das Emas	07	273	2.987
Samambaia	10	115	5.330
Santa Maria	05	66	3.568
São Sebastião	04	48	2.104
Sobradinho	10	93	5.260
Taguatinga	08	127	5.785
TOTAL	117	1.595	68.447

Fonte: GDF/SE/SUBSEP/DEJA,2007/1ºsemestre

No Quadro 06 encontram-se na rede particular um total de 61(sessenta e uma) escolas distribuídas nas Regiões Administrativas de Ensino do Distrito Federal com oferta de EJA nos 1º, 2º e 3º segmentos, incluindo a Educação a Distância. A maior oferta se concentra, em ordem decrescente, em Taguatinga, Plano Piloto e Ceilândia.

QUADRO 06 – OFERTA DE EJA POR SEGMENTO EM ESCOLAS DA REDE PARTICULAR NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE ENSINO – 2006/2ºsemestre

Cidade	Educação a Distância	1º seg.	1º e 2º seg.	1º, 2º e 3º seg.	2º seg.	2º e 3º seg.	3º seg.	1º e 3º seg.	TOTAL
Brazlândia				01					01
Ceilândia	1 (2º, 2º e 3º)		01	02	01	02			07
Gama				04		01	01		06
Guará				02			01		03
Núcleo Bandeirante									00
Paranoá									00
Planaltina						02		01	03
Plano Piloto	1 (2º e 3º)			07			02		10
Recanto das Emas	1 (1º, 2º e 3º) 1 (2º e 3º)								02
Riacho Fundo				02					02
Samambaia						02			02
Santa Maria	1 (3º)			01		02			04
São Sebastião			01						01
Sobradinho	1 (1º, 2º e 3º)			02		02	01		06
Taguatinga	2 (3º)	01		06		04	01		14
TOTAL	08	01	02	27	01	15	06	01	61

Fonte: GDF/SE/SUBSEP/DEJA,2006.

FNDE - PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1. Programa de Apoio Estados e Municípios para Educação Fundamental – EJA
2. Programa de Apoio Sistema Ensino para atendimento ao EJA (PEJA)- em 2004 correspondeu a *Apenas do Programa de Apoio Sistema Ensino para atendimento ao EJA (PEJA) R\$ 40.231,23* há disponibilidade de recursos financeiros do governo federal para o GDF no Programa Fazendo Escola, ainda não executado.
3. Programa para Alfabetização de Jovens e Adultos (Brasil Alfabetizado) – foi

executado pelo GDF em 2004 e 2005, e está em execução em 2006, sendo recusado neste ano de 2007. O CEPAFRE do movimento popular executou em 2004 e 2005, e está em execução em 2006.

4. Projeto de educação de Jovens e Adultos (Jovens e Adultos)

O Quadro 07 mostra a alocação e utilização de recursos financeiros na Educação Pública do DF no ano de 2007. Para a EJA estão alocados R\$506.417,00, sem utilização até esta data.

QUADRO 07-MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DESTINADA AO SETOR DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL PARA 2007

Movimentação até: 06.07.2007 Fonte de pesquisa: Gabinete Deputado Distrital Paulo Tadeu-PT

Nº DOCUMENTO	PROGRAMA/PROJETO	RECURSO AUTORIZADO R\$	RECURSO UTILIZADO R\$	% UTILIZADO
1212210023870001	Prog. Descentralização de recursos financeiros para as escolas	6.612.222,00	5.227.120,10	64,34
12126007138580001	Proj. Informatização do sistema escolar da Sec. de Educação	11.123.761,00	11.119.160,52	87,10
12362014223900001	Proj. Manutenção do Ensino Médio	15.910.191,00	10.675.833,94	47,42
12363014223910001	Proj. Manutenção da Educação Profissional	5.173.756,00	1.523.115,30	65,47
12365014223880001	Proj. Educação Infantil	3.145.570,00	2.229.281,47	24,33
12366014223920001	Proj. Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	506.417,00	0	0
12367014223930001	Proj. Manutenção da Educação Especial	2.461.702,00	111.493,53	5
0164	*Proj. Escola de Todos Nós	47.158.614,00	22.368.845,68	20,76

No Quadro 08, tendo como fonte a Assessoria da Câmara Legislativa do DF atualizamos as informações sobre a execução orçamentária do Projeto de Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - posição em 01/08/2006, podendo constatar que houve redução de 34,5% do valor total autorizado em 2005 e maior lentidão na execução, pois apenas 13,22% foi executado até 01/08/2006, o que representa, praticamente, a metade do executado em 06/07/2005. Em 06/07/2007, além do valor autorizado ser 85 % menor que em 01/08/2006, até esta data, não houve execução.

QUADRO 08 – PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2005/2007	PREVISTO	ALTERAÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	EXECUTADO
06/07/2005	---	---	5.038.000,00	1.288.510,00	26,00%
01/08/2006	6.504.460,00	3.384.355,00	3.120.205,00	859.669,27	-
01/08/2006	0	177.214,00	177.214,00	0	-
01/08/2006	6.504.460,00	3.207.141,00	3.297.419,00	859.669,27	13,22%
06/07/2007	---	---	506.417,00	0	0

Para além de dados secundários obtidos em fontes oficiais, seja no executivo e no legislativo distrital, desenvolveu-se um esforço de maior aproximação da realidade da EJA (demanda e oferta) nas cidades e vilas do Distrito Federal, com significativa participação dos segmentos do GTPA-Fórum EJA/DF.

Progressivamente, a realidade da EJA (demanda/oferta) nas vilas e cidades do Distrito Federal tem, também, no Portal EJA Brasil/Distrito Federal www.forumeja.org.br/df um espaço virtual de atualização, consulta e interatividade que contribui para a construção coletiva do conhecimento com o diagnóstico contínuo, mobilização e organização de todos(as) os(as) educandos(as), educadores(as) populares e professores da rede pública na formulação da política pública de Estado da EJA no Distrito Federal.

Preliminarmente, é possível concluir que a EJA no DF apresenta uma tendência decrescente de oferta pública e crescente da iniciativa privada, grande parte *aligeirada* e estimulada pelos incentivos remuneratórios por titulação de escolaridade dos Planos de carreira e/ou Plano de Cargos e Salários dos servidores públicos federais e distritais, principalmente no executivo, assim como as exigências como pré-requisitos de empregabilidade no setor privado.

Para uma compreensão mais efetiva da tendência para mais ou para menos privatizante da oferta de EJA no DF, na sua complexidade, ainda cabe uma análise mais cuidadosa e atualizada com dados oficiais.

O projeto dos Exames Supletivos tem por objetivo propiciar a jovens e adultos do DF e entorno condições de serem avaliados extraclasse, obtendo a conclusão parcial ou total dos seus estudos nos níveis de Ensino Fundamental ou Médio. A partir de 2006 a SE/GDF em parceria com o INEP/MEC, aderiu ao ENCCEJA de acordo com a Portaria Ministerial nr. 3415, de 21 de outubro de 2004 que instituiu o Exame Nacional para Certificação de Competências e Jovens e Adultos / ENCCEJA e Portaria nr. 44, de 20 de abril de 2007 e Portaria nr. 66, de 10 de maio de 2007 do Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP. Portaria nr. 348, de 13 de abril 2007, o Ministro de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Educação. É bastante significativo o aumento de candidatos inscritos no ENCCEJA, em 2007, particularmente, no Ensino Médio. Importante registrar que em junho/2007, com a extinção da Gerência de Exames, a direção do CESAS assumiu a administração e controle do ENCCEJA.

ENCCEJA – 2006

CANDIDATOS	Ensino Fundamental	Ensino Médio	TOTAL
Inscritos	6.800	11.048	17.848
Aprovados em todos os componentes (Conclusão)	744	1.214	1.958
Aprovados Parcialmente	1.965	3.556	5.521

Fonte: GDF/SE/SUBSEP/DEJA, 2007/1 semestre

ENCCEJA – 2007 QUANTITATIVO DE INSCRITOS

DRE/POLO	Ensino Fundamental	Ensino Médio	TOTAL
Brazlândia	345	541	886
Ceilândia	690	2.033	2.723
Gama	623	1.120	1.743
Guará	326	977	1.303
Núcleo Bandeirante	436	668	1.104
Paranoá	234	592	826
Planaltina	370	610	980
Plano Piloto/Cruzeiro	1.030	2.171	3.201
Recanto das Emas	477	758	1.235
Samambaia	349	437	786
Santa Maria	242	579	821
São Sebastião	112	192	304
Sobradinho	793	1.878	2.671
Taguatinga	402	1.457	1.859
SUBTOTAL	6.429	14.013	20.442
FUNAP	547	260	807
CAJE	97	17	114
CIAGO	18	18	36
TOTAL	7.091	14.308	21.399

Fonte: GDF/SE/SUBSEP/DEJA, 2007/1 semestre

Parte II – ACERVO JURÍDICO NORMATIVO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DISTRITO FEDERAL.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL DE 09/06/1993

Art. 221. A Educação, direito de todos, dever do Estado e da família, nos termos da Constituição Federal, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, fundada nos ideais democráticos de liberdade, igualdade, respeito aos direitos humanos e valorização da vida, e terá por fim a formação integral da pessoa humana, sua preparação para o exercício consciente da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

§ 1º O ensino público de nível fundamental será obrigatório e gratuito.

§ 2º O Poder Público assegurará a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

§ 3º O Poder Público gradativamente implantará o atendimento em turno de, no mínimo, seis horas diárias, aos alunos da rede oficial de ensino fundamental.

§ 4º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importam responsabilidade da autoridade competente, nos termos da Constituição Federal.

§ 5º O acesso ao ensino obrigatório gratuito é direito público subjetivo.

Art. 222. O Poder Público assegurará, na forma da lei, a **gestão democrática do ensino público**, com a participação e cooperação de todos os segmentos envolvidos no processo educacional e na definição, implementação e avaliação de sua política.

Art. 225 - Parágrafo único: Determina competência ao poder público para implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais organizados;

Art. 241. O Poder Público aplicará anualmente, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, incluída a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino de primeiro e segundo graus e da educação pré-escolar, em conformidade com o art. 212 e o art. 60 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal. (Ver Decreto nº 17256/96)

§ 1º São vedados o desvio temporário, a retenção ou qualquer restrição ao emprego dos recursos referidos no *caput*.

§ 2º O Poder Público publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução do orçamento da educação e de seus programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Das disposições transitórias - Art. 45, incisos de I a V - Determina que o Poder Público do Distrito Federal promova formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos, reconheça como aproveitamento de estudos as atividades de alfabetização de alunos de ensino médio, envide esforços para a erradicação do analfabetismo entre os servidores públicos do DF, incluindo a destinação de duas horas de suas jornadas de trabalho para esse fim e assegure nos meios de comunicação social pertencentes ao DF trinta minutos semanais para veiculação de mensagens de apoio ao programa de erradicação do analfabetismo no DF.

Lei nº 849, de 8 de março de 1995: Cria o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos no âmbito do Distrito Federal.

Lei nº 1.008, de 10 de janeiro de 1996: Dispõe sobre o incentivo à capacitação e formação profissional para o magistério na rede pública do DF

Decreto nº 17.505, de 10 de julho de 1996: Regulamenta a lei nº 1008/96

Lei nº 1.511, de 3 de julho de 1997: Cria o Fundo de Apoio ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para jovens e Adultos (FUNALFA).

Decreto nº 18.599, de 12 de setembro de 1997: Aprova o regulamento do FUNALFA.

Decreto nº 19.215, de 7 de maio de 1998: Nomeia o Conselho de Administração do FUNALFA.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Resolução nº 1/2003-CEDF

Com as alterações dadas pela Resolução nº 1/2004-CEDF

Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília 2003

Resolução Nº 1/2001-CEDF, de 13 de junho de 2001.

Altera a redação dos artigos 31, 32 e 35 da Resolução n.º 2/98 - CEDF, de 6/7/98 e dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos no Sistema de Ensino do Distrito Federal.

O CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas competências, tendo em vista as disposições da Lei Orgânica do Distrito Federal e seu Regimento aprovado pelo Decreto nº 20.551, de 3 de setembro de 1999, e considerando o disposto na Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, publicada no DOU em 19 de julho de 2000.

Resolução Nº 1/2004-CEDF, DE 30 de março de 2004.

Altera dispositivos da Resolução nº 1/2003-CEDF, de 26/8/2003 e dá outra providência.

O CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas competências, tendo em vista as disposições da Lei nº 9.394/96, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do seu Regimento,

RESOLVE:

Art. 1º Os artigos 31; 33; 34; 60, parágrafo único; 81, § 2º; 86, inciso IX; 97; 127 § 3º; 128, incisos I e II; 129 § 1º e § 2º; e 158 da Resolução nº 1/2003-CEDF, de 26 de agosto de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

Resolução Nº 1/2005-CEDF –Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal.

Parecer nº 74/2005 –CEDF Processo nº 080.021908/2004 Aprovado na CEB e em Plenário em 29/03/05

Interessado: Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul –CESAS/SEE-DF
Proposta de Educação de Jovens e Adultos a distância

GDF – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/ SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA/GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-GEJA

A "PROPOSTA de Educação de Jovens e Adultos", contendo justificativa, estrutura dos cursos de EJA com indicação de presencial para todos os três segmentos e educação a distância para o 2º e 3º segmento, carga horária e duração, operacionalização da EJA, corpo discente, metodologia, matrícula e organização das turmas, critérios de classificação e reclassificação, avaliação, transferência e aproveitamento de estudos, circulação de estudos, recuperação de estudos, exames supletivos, formação continuada de profissionais de EJA, anexos Matrizes curriculares dos segmentos de EJA e fundamentação legal. Até o momento não foi apresentada, pois em função da mudança de governo, está em construção a nova PROPOSTA.

Parte III – TEMAS NACIONAIS

A. DISCUSSÃO DOS QUATRO TEMAS RELATIVOS AO IX ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS- ENEJA

Tema 1: Atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de EJA:

- Reafirmação da atualidade de Paulo Freire na visão reinventada proposta pelo próprio educador.
- As condições para as políticas públicas absorverem a Educação Libertadora de Paulo Freire são: gestão democrática na educação pública e o eixo da realidade do (a) trabalhador (a) na EJA.
- O diálogo, a interatividade e a colaboração na aprendizagem deve estimular a organização política dos trabalhadores (grupos, movimentos, associações, sindicatos, partidos) pela transformação da sociedade brasileira
- A transdisciplinariedade na EJA como prática e princípio libertador.
- Proposta de transformar em domínio público com a liberação dos direitos autorais dos herdeiros, os três livros de Paulo Freire: Pedagogia do Oprimido (1968), Pedagogia da Esperança (1992) e Pedagogia da Autonomia (1997).

Tema 2: A EJA e as políticas intersetoriais do Governo Federal:

- Articulação entre Governo Federal e Distrital, através de Ministérios e Secretarias do GDF, envolvendo todas as políticas públicas.
- Sistema prisional: criar uma Secretaria em cada núcleo prisional e centralizar a EJA nos presídios.

Tema 3: Políticas e financiamento na EJA:

- O reconhecimento da conquista da aplicação do FUNDEB na EJA.
- Transparência na aplicação dos recursos do FUNDEB, cabendo aos fóruns estaduais exercer o papel, também, de fiscalizador.
- Definição do percentual destinado a EJA nos municípios.
- Discussão sobre a merenda e sua importância, questionando se está contemplada no FUNDEB. Caso esteja assegurada na legislação, o posicionamento deve ser além de jurídico, ou seja, político na tentativa de assegurar a aplicação dos recursos.

Tema 4: O currículo na EJA - sujeitos, saberes, tempos e espaços:

- O currículo, historicamente, foi colocado em pauta: pelo MEC, Secretaria dos Estados e Distrito Federal - o que se interpela é a criação de uma linha nova de foco.
- O que desejamos: um currículo que contemple os saberes, sob os princípios político-pedagógicos de Paulo Freire.
- Encaminhamentos:
 - Montagem de um currículo que contemple as necessidades do aluno. Como? Com aulas ou atividades programadas (seminários dirigidos), com cumprimento de carga horária mínima.
 - Levantar os eixos de trabalhos, onde os conteúdos ou disciplinas seriam integrados.
 - A EJA no diurno tem que ser considerada como uma necessidade, visto haver demanda e perfil de público (pessoas que trabalham no noturno). Ainda é necessário que a ótica da creche para funcionamento.
 - O currículo depende de estrutura externa outras ações periféricas que precisam ser consideradas: trabalho, saúde, família (crianças); levando-se em consideração a gestão democrática e o projeto político pedagógico da escola.

B. DISCUSSÃO/POSICIONAMENTO SOBRE OS TRÊS TEMAS DE EJA DO CNE/CEB

O Conselho Nacional de Educação-CNE/Câmara de Educação Básica-CEB-Comissão Especial: Regina Vinhaes Gracindo (Relatora), Maria Izabel Azevedo Noronha, Gersm José dos Santos Luciano, Wilson Roberto de Mattos realizou em 14 de agosto, na sua sede, em Brasília, a 2ª. audiência pública sobre Educação de Jovens e Adultos com a participação do consultor Carlos Roberto Jamil Cury, representantes da SECAD/MEC André Luiz Figueiredo Lázaro e Carmen Isabel Gatto, autoras dos temas provocadores: Isabel Santos Mayer (Parâmetros de Idade para a EJA), Maria Luiza Pereira Angelim (Relação Educação a distância e EJA), Maria Aparecida Zanetti (A questão da certificação na EJA) e dirigentes municipais/estaduais/distrital de educação e instituições representativas do segmento educacional e da sociedade, das regiões Norte e Centro-oeste, presentes do DF dez (10) representantes do GTPA-Fórum EJA/DF, professores da Universidade de Brasília, representante da GEJA/SUBEP/SE/GDFe presidente interina do Conselho de Educação do DF. Atendendo ao objetivo da audiência pública de "estabelecer diálogo com entidades do campo educacional, visando receber contribuições substantivas sobre temas da Educação de Jovens e Adultos, a partir das quais deve emitir parecer em futuro próximo", os representantes do GTPA-FórumEJA/DF levaram o posicionamento deliberado, em plenária, na reunião extraordinária realizada em 04 de agosto, sobre cada um dos temas, a seguir:

Tema 1 – Parâmetros de Idade para a Educação de Jovens e Adultos: por consenso e, reconhecendo o fenômeno da juvenilização da EJA no DF, propõe-se a mudança para a idade mínima de 18 anos para ingresso na EJA, conjugada à garantia de oferta de educação básica até 17 anos completos e de planejamento/administração de uma fase de transição.

Tema 2 - Relação Educação a distância e Educação de Jovens e Adultos: por consenso, diante da necessidade de aprofundamento sobre o tema e, constatando a pouca efetividade da educação a distância on line da EJA-Ensino Médio no CESAS/SE/GDF, propõe-se o reconhecimento de um novo ambiente de aprendizagem – o virtual (incluindo no Art.1º. da LDB 9394/96) e a reorganização do trabalho pedagógico em EJA com garantia de formação de professores em educação mediada e não mediada pelas linguagens multimídia, acesso gratuito de estudantes e professores à pólos de infra-estrutura tecnológica, inclusive com telecentros, potencializando as experiências do Cine Popular e Laboratórios de Informática e Cidadania.

Tema 3 – A questão da certificação na Educação de Jovens e Adultos: por unanimidade e, considerando a adesão do GDF ao ENCCEJA, a partir de 2007, com desmonte da equipe de avaliação até então existente na SE/GDF, manteve a posição contrária ao ENCCEJA, já assumida pelos Fóruns Estaduais de EJA, em 2006, reafirmando a necessidade de garantir a Certificação de EJA como resultado de um processo formativo avaliado num sistema público de Educação Básica de Jovens e Adultos.

Os representantes do GTPA-Fórum EJA/DF participantes da audiência avaliaram-na como positiva, destacando a densidade dos debates na dinâmica dos trabalhos em grupos e na plenária, a contribuição muito especial do consultor e a necessidade de continuar o aprofundamento dos temas na rede pública e nos segmentos organizados do DF.

Parte IV – ATUAÇÃO DO GTPA-FÓRUM EJA/DF

Em 19/11/2006, realizou-se a reunião do GTPA-Fórum EJA/DF com o balanço das ações em 2006, apresentação do Portal EJA Brasil/DF e indicação das ações para 2007: apresentar ao novo governo a Proposta do GTPA-Fórum EJA/DF para a EJA no DF; mobilizar e fortalecer os segmentos, sobretudo, movimento popular e sindical; reivindicar a participação do GTPA-Fórum EJA/DF no Conselho de Educação do DF; continuar participando do movimento nacional dos Fóruns de EJA; intensificar a participação interativa no Portal Fóruns EJA Brasil/DF; trocar mais experiência e formação em alfabetização, economia solidária, cine popular, terapia comunitária, telecentros; fortalecer a coordenação colegiada do GTPA-Fórum EJA/DF.

De 04 a 08/12/2006, representantes do GTPA-Fórum EJA/DF participaram ativamente do 2º Seminário – “Diferentes Diferenças” da SECAD/MEC e V Reunião Técnica dos representantes dos Fóruns Estaduais de EJA, em Brasília-DF.

Em 05/12/06, o CEDEP como ONG popular concorrendo, nacionalmente, com o Projeto “Nunca é tarde para aprender” selecionado pela comissão composta pelo GTPA-Fórum EJA/DF recebeu o Prêmio Medalha Paulo Freire conferido pelo MEC.

Em 10/02/2007, realizou-se, neste ano, a 1ª Reunião ampliada do GTPA-Fórum EJA/DF com avaliação das ações e propostas para 2007.

Em 07/04/2007, realizou-se a 2ª Reunião ampliada do GTPA-Fórum EJA/DF com avaliação das ações e indicação de representantes para participarem do Seminário de Planejamento do PROEJA, promovido pela SETEC/MEC de 11 a 13 de abril de 2007, em Brasília-DF.

De 11 a 13/04/07, representantes do GTPA-Fórum EJA/DF participaram do Seminário de Planejamento do PROEJA, em Brasília-DF.

Em 13/04/07, o Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE, na Ceilândia-DF, com a participação de representantes da SECAD/MEC e ONG's Veredas e Alfasol, orientou a visita técnica de coordenadores de EJA de Moçambique à Escola Classe 53 da Expansão do Setor “O”, em turmas de 1º segmento de educadores populares e professores da rede pública.

De 18 a 19/04/2007, três representantes da coordenação do GTPA-Fórum EJA/DF participaram da VI Reunião Técnica dos Representantes dos Fóruns Estaduais de EJA com a SECAD/MEC e CNAEJA, em Brasília-DF.

Em 21/04/2007, realizou-se a 3ª Reunião ampliada do GTPA-Fórum EJA/DF com avaliações da VI Reunião Técnica, indicação de 2 representantes para participar do 2º Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos de 30/05 a 02/06/2007, em Goiânia-GO e avaliação e planejamento da formação em economia solidária com assessoria da Incubadora Social Solidária-ISS da UnB e SENAES/MTE.

Em 03/05/07, a coordenação do GTPA-Fórum EJA/DF foi recebida em audiência com o Sub-secretário de Educação Pública da SE/GDF apresentando os objetivos e histórico, ao tempo em que justificou a importância da participação da SE/GDF na própria coordenação e nos eventos do ano: 2º. Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, em Goiânia-GO; audiência pública do CNE/CEB e IX ENEJA, além do Projeto de Pesquisa CAPES/PROEJA.

Em 19/05/07, realizou-se a 4ª. reunião ampliada do GTPA-Fórum EJA/DF com deliberações sobre a composição da Comissão de representantes para a audiência com o Reitor e Decana de Extensão da UnB sobre a alfabetização de jovens e adultos do DF, comissão de seleção do Prêmio Medalha Paulo Freire conforme Portaria do MEC, distribuição de 14 vagas para educadores populares participarem do Curso de Formação em Economia Solidária pela UnB/ISS.

De 30/05 a 02/06/07, dois representantes do GTPA-Fórum EJA/DF participaram do 2º. Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, em Goiânia-GO, promovido por instituições de ensino superior de Goiás-UFG, UCG, UEG, CEFET-GO com apoio do MEC/SECAD e UNESCO, evento realizado em cumprimento à reivindicação do segmento universidade - 40 representantes de instituições de ensino superior presentes no VII ENEJA e deliberação do anterior realizado em maio de 2006, em Belo-Horizonte-MG.

Em 30/06/07, realizou-se a 5ª. reunião ampliada do GTPA-Fórum EJA/DF que deliberou sobre os critérios de composição da delegação para o IX ENEJA para orientar a escolha de cada segmento, avaliou o desenvolvimento do Programa Brasil Alfabetizado coordenado pelo CEPAFRE, informou-se sobre reuniões por cidade do Programa abcDF coordenado pelo GDF com apoio do Alfasol, sobre a indicação da diretora da Faculdade de Educação para representar a UnB no Conselho de Educação do DF, sobre Terapia Comunitária do CEPAFRE e sobre o movimento pelo transporte público-tarifa integrada.

Em 28/07/07, representantes do CEPAFRE, CEDEP, PRALAPIDAR, CEPACS, CAREMAS participaram do Seminário ALFAINCLUSÃO promovido pela DEJA/SECAD/MEC, em Brasília.

Em 02/08/07, realizou-se a 1ª. reunião sobre o Projeto de Pesquisa-ação da Capes/PROEJA da equipe de professores(4) e mestrandos(2) da Faculdade de Educação da UnB no Centro de Educação Profissional-CEP Ceilândia com a participação do Departamento de Educação Tecnológica da SUBEP/SE/GDF e Centro de Ensino Médio 3-Ceilândia.

Em 04/08/07, realizou-se a reunião extraordinária do GTPA-Fórum EJA/DF com informes sobre: o abcDF sob a responsabilidade da UnB em Planaltina, o Fórum EJA de Sobradinho, o Cine Popular do CEPAFRE, o curso de Economia solidária, debate/posicionamento sobre os três temas sobre EJA do CNE/CEB e, com base nos critérios aprovados, a eleição dos 20 delegados e suplentes para o IX ENEJA.

Em 14/08/07, realizou-se a 2ª. audiência pública sobre EJA do CNE/CEB com participação de 10 representantes do GTPA-Fórum EJA/DF.

Parte V – ALGUNS DESTAQUES DA EJA NO DF

A . Fóruns de Educação Básica de Jovens e Adultos das cidades da Ceilândia, Sobradinho e Brazlândia

Os sucessivos Encontros Pró-alfabetização de Jovens e Adultos promovidos pelo GTPA/DF com expressivo apoio da Universidade de Brasília, iniciados no Seminário de Educação de Adultos, em 1987, intensificaram-se no Ano Internacional de Alfabetização, em 1990, sobretudo nas cidades de Ceilândia, Gama e Sobradinho.

O Primeiro Fórum Regional Pró-Alfabetização de Distrito Federal foi instalado com a presença de Paulo Freire, em Ceilândia, em 30/08/1996, numa profícua parceria do GDF/SE e CEPAFRE no âmbito do Programa de Alfabetização Permanente de Jovens e Adultos – PROALFA, em cumprimento ao artigo 225 da lei orgânica do DF.

Como desdobramento da atuação do GTPA/DF-Fórum EJA/DF, fóruns têm sido organizados em cidades que compõem a região do Distrito Federal e Entorno e nesse contexto surgiram os Fóruns de Educação Básica de Jovens e Adultos de Ceilândia e o de Sobradinho.

Em nível de cidade tem-se um objetivo comum ao Fórum geral somar e convergir esforços da sociedade política e civil na busca da alfabetização e educação de jovens e adultos como parte de um processo de conquista de maiores e melhores condições de vida e os aspectos específicos relativos às necessidades de cada cidade.

A maior ênfase na realidade das vilas e cidades do Distrito Federal tem contribuído para fortalecimento dos Fóruns de EJA.

Fórum de Educação e Cidadania de Ceilândia/DF (FECC) (CEM-18/Ceilândia)

O Fórum de Educação e Cidadania de Ceilândia/DG (FECC) é um movimento organizado da sociedade civil de natureza autônoma e tem por atribuições, entre outras: a) promover a participação efetiva da comunidade escolar nos projetos de educação nas escolas em Ceilândia; b) discutir, elaborar e sugerir aos órgãos públicos, propostas e projetos político-pedagógicos para melhoria da educação; c) realizar eventos culturais, científicos, comunitários e de consolidação da cidadania; d) levar ao conhecimento das autoridades competentes as ações e/ou procedimentos incompatíveis com a educação. O FECC é um espaço democrático e aberto a todos que defendem e buscam uma educação básica e pública inclusiva, de qualidade e com participação efetiva da comunidade.

I Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Sobradinho (CEF-7 /Sobradinho II)

Os antecedentes do fórum de Sobradinho remontam ao GTPA/DF, em 1990 e passam, mais recentemente, pela ação político-pedagógica de uma educadora, junto a Direção Regional de Ensino, professoras (es), escolas e estudantes. Ao se trabalhar a necessidade de um currículo específico da educação de jovens e adultos a partir das necessidades de educandas / educandos e o eixo norteador do Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, surge a necessidade de se organizar um espaço em que os vários atores do processo educativo pudessem se expressar.

Muitos problemas foram apresentados, tendo se concentrado no estudo e encaminhamento da solução da segurança, transporte e alimentação dos estudantes, em sua maioria trabalhadores que do seu trabalho vão direto para a escola. Os estudantes debateram e escolheram uma camiseta padrão, apresentaram peças teatrais, danças que geraram o livro "Causos e Contos de EJA – volume 1". Tudo isto contribuiu para a superação da evasão, aumento de aprendizagem e de estudantes no ano posterior. Houve também a produção de um jornal e uma integração maior escola-comunidade.

Em que pese, as dificuldades políticas encontradas realizou-se o I Fórum de EJA de Sobradinho, em duas iniciativas: uma da organização popular (CEPACS) e outra da Direção Regional de Ensino. Nesse momento, estuda-se uma maneira de reativar o diálogo e a realização de ação comum, que tenha como objetivo a melhoria das condições e a aprendizagem das educandas e educandos jovens e adultos.

Em 06 e 07 de junho/2007, o Fórum realizou mais um Encontro em busca do diálogo possível, que poderá ocorrer no esforço participativo como pólo de elaboração do currículo de EJA.

Educação de Jovens e Adultos em Brazlândia: Novos Tempos, Novos Rumos...

Por iniciativa da Diretoria Regional de Ensino de Brazlândia, no dia 19 de junho de 2007, no Auditório do Ensino Médio 01, ocorreu o Fórum de Discussão para reformulação da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e do Ensino Regular Noturno.

Numa pauta "apertada", às 19 horas foi o momento para coleta de assinatura de alunos, professores, gestores, pais e representantes de Conselhos Escolares.

O Diretor da Regional de Ensino fez a abertura, esclarecendo aos presentes a importância de se constituir esse fórum em Brazlândia, pois nele é possível discutir as fragilidades do Ensino Regular Noturno e da Educação de Jovens e Adultos, mas também, apresentar propostas significativas ao Grupo de Trabalho da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que é responsável para tratar dessa temática. Por isso, é fundamental ouvir as valiosas opiniões de cada segmento, a fim de valorizar e apoiar os rumos dessa reformulação na construção coletiva.

Na sequência, os participantes foram divididos em três grupos de discussão: o primeiro composto por pais, alunos e membros dos conselhos escolares, o segundo por professores, coordenadores locais e membros de direção do Ensino Regular e o terceiro por professores, coordenadores locais e membros de direção da EJA. Cada grupo dirigiu-se para uma sala acompanhado por dois representantes da DRE designados para coordenar os trabalhos.

Para efeito de organização, foi sugerido aos grupos que focalizassem suas discussões em torno dos seguintes temas: proposta pedagógica da EJA, diários de classe, material pedagógico dos alunos, recuperação (processual e final), localização das escolas, formação do professor, além de outros assuntos referentes às demandas da EJA que os grupos julgassem pertinentes à discussão. Cada grupo deveria eleger um relator para apresentação dos resultados da discussão em plenário.

A experiência está incipiente e revela-se muito promissora, pois, a articulação prévia em cada cidade, faz com que os assuntos, temas e interesses das cidades sejam discutidos e encaminhados com uma massa crítica acumulada de notável significado.

Outras cidades do DF, proximamente, estarão organizando seus fóruns de EJA.

B. CESAS - Centro de Educação de Jovens e Adultos do DF

Iniciamos o ano de 2006 com uma nova proposta sendo imposta, os professores do CESAS, em reunião discutiram a possibilidade de enfrentar a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, recusando-se a entrar em sala para forçar a permanência do sistema semipresencial com grade aberta de disciplinas. Entretanto, a direção da escola argumentou que deixaria o cargo se tal atitude fosse decidida pelo corpo docente. Em face disso, a maioria decidiu acatar a nova proposta (frequência obrigatória de 75% e grade fechada de conteúdos) e aguardar a reunião da Câmara de Educação do Conselho de Educação do Distrito Federal, que avaliaria o abaixo-assinado com o pedido de manutenção do sistema semipresencial.

A comunidade escolar do CESAS se mobilizou, tentando reverter a decisão da SE. Organizaram-se, procuraram jornais, rádios e políticos para ganhar apoio. Participamos de duas audiências públicas na Câmara Legislativa com depoimentos e com documentação que comprovavam o sucesso da proposta anterior (implantada em 2000). Nelas, além da presença da comunidade escolar e de parlamentares, contamos com a presença de representantes do MEC e do Ministério Público, que nenhuma efetiva atitude tomaram.

Em março, houve o julgamento pela Câmara de Educação da proposta do CESAS, como uma oportunidade a mais oferecida a jovens e adultos; a SE insistiu que a alternativa fosse exclusivamente o Ensino a Distância, mesmo sem ter estrutura necessária e sem considerar o perfil de EJA. A proposta, que recebeu parecer positivo do conselheiro relator, foi totalmente desqualificada por outra conselheira, que constrangeu estudantes e professores publicamente com comentários ofensivos, além de analisar os dados do Censo Escolar em termos absolutos e não relativos como deveria. Não há representantes no Conselho de professores nem de estudantes da rede pública do DF.

Quatro alunos, líderes do movimento estudantil, receberam oferta de bolsas de estudo para uma escola particular CETEB (o que realmente ocorreu, os alunos de fato deixaram de frequentar as aulas no CESAS).

O Conselho Escolar do CESAS ainda entrou com recurso contrário, o pedido foi negado.

No segundo semestre, professores e estudantes, diante inflexibilidade da SE e do desmonte da liderança estudantil, sentiram-se impotentes.

No ano de 2007, o CESAS comprovou na prática, com a evasão dos estudantes e a redução de turmas, que a frequência obrigatória e a grade fechada de disciplinas não contemplam o perfil do adulto trabalhador. Percebemos a juvenilização, muitos até com 14 anos, nenhuma melhoria, não há merenda e o material didático que deveria ser distribuído gratuitamente, existe em pequeno número e é emprestado somente em sala-de-aula. A alternativa dada por meio do Ensino a Distância (EAD), implementado há dois anos, funcionando regularmente há um ano e meio, certificou somente cinco pessoas até agosto deste ano.

C. O CINEPOPULAR VAI À COMUNIDADE DE CEILÂNDIA

O Projeto Cinepopular – Conhecimento e Linguagem Audiovisual é mais uma iniciativa do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE e começou a partir da pesquisa de mestrado da educadora Maria Madalena Torres em 2003.

Em agosto de 2004, com a aquisição de equipamentos adequados para a exibição de filmes foi possível ao CEPAFRE implementar a idéia e dar seqüência a essas atividades em vários espaços alternativos da comunidade. Para realização desse projeto, o CEPAFRE conta com as seguintes parcerias: Faculdade de Educação, Decanato de Extensão da UnB e Locadoras de Ceilândia. A cada sessão de cinema, o público varia entre 70 e 100 pessoas.

No 1º semestre de 2007, os filmes exibidos foram referentes à temática do Meio Ambiente. Neste 2º semestre, os filmes apresentados terão temas diversos, como: a arte, a cultura e questões raciais. Após a exibição dos filmes, a equipe do Cinepopular tem por tradição realizar um debate, seguido de lanche compartilhado e avaliação do evento.

Nesse sentido, os objetivos deste projeto são os seguintes:

- Abrir espaço para discussão da linguagem audiovisual com educadores, educandos com a participação da comunidade em geral;
- Perceber como se dá a recepção da linguagem cinematográfica nos alfabetizados e nos educadores;
- Fomentar a utilização dessas linguagens como intervenção pedagógica nos Círculos de Cultura;
- Realizar oficinas de vídeo.

D. UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DF

Um grupo de 30 educadores populares e pessoas ligadas à igreja participaram do Curso de Economia Solidária no CCB – Centro Cultural de Brasília em parceria com a Incubadora da Universidade de Brasília. O período de realização desse curso foi de 01/06 a 01/09/2006(compactado em seis finais de semana), sendo que, os educadores que dele participaram são de entidades e grupos que já estão desenvolvendo ou desejam realizar atividades de geração de emprego e renda.

Nesse curso, os educadores aprenderam sobre a importância da Economia Solidária e que essa idéia está ligada aos processos de luta em que trabalhadores, organizações sociais e movimentos populares vêm, aos poucos, criando meios para melhorar as condições de vida de seus pares, primando pelos princípios da igualdade, cooperação e democracia, sendo este um movimento vivo que se fortalece e se organiza cada vez mais. Além de aprender sobre como organizar uma cooperativa com autogestão, liderança, noções de contabilidade associativista, cooperativista, elaboração de plano de trabalho coletivo, aprende-se também a trabalhar pelo desenvolvimento local, o que corrobora com o fundamento freireano de autonomia em que esses educadores já trabalham na alfabetização de jovens e adultos.

Neste ano de 2007, mais catorze educadores populares participaram e concluíram em 01/09/07 o Curso de Formação em Economia Solidária oferecido pela Incubadora Social Solidária-ISS do CDT/UnB.

E. PRÊMIOS NACIONAIS - 2006

• **"CIENTISTAS DO AMANHÃ" UNESCO, CNPq, SBPC - Estudantes de EJA do CESAS - PROJETO PÁRA-RAIOS**

Este projeto foi classificado entre os dez melhores trabalhos no concurso "Cientistas de Amanhã", promovido pela UNESCO, CNPq e SBPC. Esse concurso é de âmbito nacional e foi a primeira vez que uma escola de Brasília foi selecionada. O "Cientista de Amanhã" é realizado anualmente há 49 anos.

Projeto: AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE PÁRA-RAIOS DE BRASÍLIA: a cidade como laboratório
Orientadora do projeto: Profa. Ruth Cavalcante Maranhão.

Representante dos alunos no Concurso: Cristiano Abrandes

Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul - CESAS

Introdução: Estima-se que mais de 100 milhões de raios atinjam o solo brasileiro por ano. Embora não haja dados precisos, avalia-se que os relâmpagos tragam a sociedade brasileira um prejuízo anual de

mais de 500 milhões de dólares, além de número superior a cem mortes anuais. O objetivo desse estudo é avaliar as instalações de pára-raios em Brasília, tomando como amostra uma região residencial, as SQS 400 da Asa Sul, Plano Piloto-DF.

Método: Depois de fazermos um levantamento das questões relevantes sobre as quais gostaríamos de obter informação, preparamos um questionário a ser respondido pelos Síndicos dos prédios. Elaboramos, também, uma tabela de dados a serem levantados por nós. De um total de 298 prédios 165 foram vistoriados.

Resultados: em 78,19% dos prédios não foi feita a manutenção dos pára-raios nos últimos 2 anos; em 84,85% deles não foi feita a fiscalização dos pára-raios pelos órgãos competentes do Governo do DF; em 4,84% dos prédios os pára-raios não possuem fio terra; 15,15% dos prédios possuem pára-raios radioativos, que estão instalados em cima das caixas d'água e nos últimos 10 anos em nenhum deles foi feita a manutenção. Outras irregularidades sérias também foram observadas.

Conclusão: Verificamos que o estado atual de funcionamento desses equipamentos exige uma imediata intervenção das autoridades competentes. Acidentes graves, de dimensões imprevisíveis, tem todas as condições para acontecer.

• **MEDALHA PAULO FREIRE - MEC - CENTRO DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO PARANOÁ - CEDEP - PROJETO 'NUNCA É TARDE PARA APRENDER'**

"O Paranoá é uma das primeiras comunidades do Distrito Federal, inicialmente constituída por pequenas colônias agrícolas, e, posteriormente por operários ali acampados que construíram a barragem do Lago Paranoá. Ao se intensificarem as obras, o crescimento populacional deu origem à Vila Paranoá num contexto de detrimento dos direitos humanos. Nos anos 70 já era um grande povoado, com problemas gravíssimos" de qualidade de vida, que na década de 80 motivaram a luta de resistência pela fixação, em 1983, com palavra de ordem "Daqui não saio, daqui ninguém me tira" e pela alfabetização de jovens e adultos a partir de 1985, em parceria com a Universidade de Brasília, sob a vigorosa liderança da Associação de Moradores, "talvez o período mais dramático da constituição histórica do Paranoá", com a repressão militar ao popularmente identificado como "barracaço", em 26/07/86. Em 02/08/87 foi criado o CENTRO DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO PARANOÁ - CEDEP, hoje, organizado em grupos de atuação que podem ser assim compreendidos: Informática e Cidadania; Cultura e Cidadania; Grupo de Alfabetização de Jovens e Adultos-GAJA; Educação Infantil; Grupo de Ensino, Pesquisa, Extensão em Educação popular e Estudos Filosóficos e Históricos Culturais-GENPEX, O Reforço cidadão; Economia Solidária. Ao longo de sua trajetória o CEDEP realizou parcerias com diversas entidades como: CNPq, MEB, Visão Mundial, Cáritas e até hoje com a UnB, AEC, CDI, Instituto Agostin Castejón e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Além da alfabetização de um universo aproximado de 6.000 pessoas e formação de 230 alfabetizadores, o CEDEP dispõe de significativa produção acadêmica em parceria com a Universidade de Brasília e mantém-se como membro da coordenação colegiada do GTPA-Fórum EJA/DF com participação em eventos locais e nacionais.

F - I SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PRISIONAL DO DISTRITO FEDERAL. "EDUCANDO PARA A LIBERDADE" - SINPRO/FUNAP

Nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro/2007 desse ano foi realizado o I Seminário de Educação Prisional do Distrito Federal "Educando para a Liberdade", organizado pelo SINPRO/DF e FUNAP. A idéia era envolver autoridades ligadas à educação prisional, educadores envolvidos no sistema (agentes penitenciários, professores, assistentes sociais, psicólogos, orientadores educacionais, enfermeiros e médicos) e alunos para discutir e apresentar propostas que visem à melhoria na educação das prisões. O grande avanço desse evento foi a oportunidade de se criar espaços para discussão integrada da condição da educação nos presídios entre diversos segmentos:

Ao final do evento, os profissionais envolvidos e os convidados apresentaram uma proposta com 31 sugestões de ações a serem desenvolvidas para a educação nas prisões (ver www.forumeja.org.br/df)

G. PROEJA-CAPES/SETEC - Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – Transarte na Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional - FE/UnB – 2007/10

Com apoio da CAPES/SETEC e em cooperação com a UFG, UCG e CEFET-GO, pelo período de quatro anos (2007-2010), o Projeto de Pesquisa-PROEJA sob o título de "Transarte na EJA e Educação Profissional" está sendo desenvolvido pela equipe de quatro professores e dois mestrandos da Faculdade de Educação da UnB, aplicando o método da pesquisa-ação, em sua fase inicial, com a participação da Diretoria de Educação Profissional, Gerência de EJA, Centro de Educação Profissional-CEP e Centro de Ensino Médio 3 de Ceilândia da SE/GDF.

H. PORTAL EJA BRASIL/DF

O desenvolvimento descentralizado do Portal dos Fóruns Estaduais e Distrital de EJA Brasil, em software livre, como projeto da Faculdade de Educação e do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia e Conhecimento-CDTC da Universidade de Brasília com apoio da SECAD/MEC constituiu-se como desafio, desde a proposta apresentada no VII ENEJA www.forumeja.unb.br. Em 07/03/06, o Portal passou a ser "domínio-ORG" registrado pela Faculdade de Educação da UnB www.forumeja.org.br

O GTPA—Fórum EJA/DF, foi o primeiro a iniciar a ocupação deste espaço virtual, em 25/10/05, seguido dos demais 11 Fóruns estaduais até esta data, tais como: RN -23/02/06; MG-23/02/06; GO-26/03/06; PE-16/04/06; SC-19/04/06; BA-10/05/06; CE-18/05/06; PB-05/06/06; RS-01/07/06; AL-02/08/06; ES-03/08/06. Até esta data, todos os Fóruns estaduais em diferentes ritmos de adesão estão ocupando e aprendendo no espaço virtual do Portal.

O www.forumeja.org.br/df tem sido espaço de informação e interatividade, a partir dos segmentos interessados e, sobretudo, das cidades, numa progressiva "ocupação" e desenvolvimento de cultura virtualidade real, permitindo a inclusão digital não apenas como usuário, mas como participante ativo da administração descentralizada, enquanto aprendizado contínuo e desafiante de educadores populares e estudantes de Pedagogia da Faculdade de Educação da UnB à serviço do movimento social GTPA-Fórum EJA/DF.

I. CÂMARA LEGISLATIVA DISTRITAL

Ao longo deste período, até 2006, foi crescente e bastante significativa a participação da Câmara Legislativa Distrital na luta pela EJA no DF, com audiências públicas realizadas pela Comissão de Educação e Saúde, sob a presidência da Deputada Distrital Arlete Sampaio-PT e da Comissão de Direitos Humanos, sob a presidência da Deputada Distrital Érika Kokay-PT, e emendas orçamentárias com valores destinados à manutenção da EJA.

Concluindo, pode-se dizer que este levantamento de tentativa abrangente da situação da Educação de Jovens e Adultos abre caminho para uma pesquisa cada vez mais sistemática e acumulativa, no sentido de que dados e informações possam estar subsidiando as decisões em conjunto dos movimentos sociais e do poder público no exercício da parceria com autonomia do GTPA/DF-Fórum de Educação Básica de Jovens e Adultos- Fórum EJA/DF pela constituição de um Sistema PÚBLICO de EJA no DF como política pública de Estado.

Brasília-DF, 01 de setembro de 2007